

Autoridade secular x religiosa: os escritos políticos de Lutero e Calvino (Séculos XV-XVI)

Arthur Ferreira Reis

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória - Espírito Santo - Brasil
arthurfr23@gmail.com

Resumo: Esse artigo tem como objetivo principal analisar os escritos políticos de Calvino e o panfleto *Sobre a autoridade secular* de Lutero. Levando em conta o contexto em que a Reforma Protestante foi realizada e a necessidade de se equilibrar a autoridade secular e a religiosa, perseguimos o resultado final dessa equação encontrado por ambos os homens, a *resistência institucional*. Além disso, buscamos perceber também como homens de pensamentos diferentes chegaram ao fim de suas vidas com conclusões parecidas sobre a questão da resistência ao Estado.

Palavras-chave: Lutero. Calvino. Política.

Introdução

No momento do Brasil atual, as igrejas evangélicas têm ganhado cada vez mais espaço na política. Diante da crescente radicalização das ideias políticas e o ascendente descontentamento com o governo do PT, considerado pelos políticos evangélicos como de “esquerda”, a bancada evangélica alcançou em 2016 o número de 196¹ deputados, quase metade dos 513 deputados brasileiros. A importância e a intromissão da religião em um Estado que devia ser laico² - mas claramente não o é -, se torna ainda mais crítica quando percebemos que durante a votação sobre a continuidade do processo de impeachment da presidenta Dilma em 2016, cinquenta deputados utilizaram a palavra “Deus” para justificar seus votos³.

Diante disso, consideramos importante retornar aos grandes reformadores do século XVI, especialmente Lutero e Calvino, para compreendermos melhor como esses homens idealizaram a relação entre igreja e Estado, ou sendo mais específico, a relação entre igreja e política. Desta feita, e respeitando as limitações de um artigo científico, temos como

¹ Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>. Acesso em 03/05/2016.

² Artigo 19, parágrafo 1 da Constituição Brasileira.

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>. Acesso em 03/05/2016.

objetivo analisar, do ponto de vista dos reformadores supracitados, a questão da resistência ao Estado e o influxo do contexto em seus escritos.

Lutero e Calvino, principais reformadores do século XVI, já tiveram suas vidas, obras e doutrinas amplamente analisadas por ampla bibliografia, seja teológica, histórica, econômica ou sociológica. Martinho Lutero (1987), prolixo e grande escritor, chegou a ter suas principais obras reunidas em uma grande coleção organizada pelas editoras *Sinodal e Concordi* e alguns historiadores, como Lucien Febvre (1976), contribuíram para o aumento do interesse histórico sobre a vida do reformador alemão. Sobre Calvino também existe vasta bibliografia, onde destacam-se Sheldon Wolin (1961) e Harro Höpfl (1985).

Entretanto, Calvino alcançou destaque ainda maior do que Lutero graças à obra *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista* de Max Weber (2004). Afirmando ser o calvinismo o elemento necessário e quase determinante para o surgimento do capitalismo, a obra de Weber tem sido, por vezes, mal interpretada e, por isso, duramente criticada. Se para alguns faltou em Weber análise mais detalhada da teologia de Calvino (FERREIRA, 2000), outros acusam Weber de não compreender a concepção de trabalho de Calvino (CUNHA, 2009).

Porém, ambos os problemas apontados se tornam evasivos quando compreendemos que a análise histórica-sociológica de Weber não teve como principal objeto de estudo o pensamento de Calvino, mas sim a sociedade calvinista. Isso fica claro quando o autor diz que o “antigo protestantismo de Lutero, Calvino, Knox, Voëtm ligava pouquíssimo para o que hoje se chama ‘progresso’” (WEBER, 2004, p. 38), e que, mesmo partindo das análises de Calvino, não se pode esperar dele o objetivo de despertar o “espírito capitalista”, sendo, em grande parte, as consequências culturais de sua obra “consequências imprevistas e mesmo indesejadas”, e talvez até mesmo contrárias ao seu objetivo inicial (WEBER, 2004, p. 81). Desta feita, muitas vezes as críticas se perdem no objetivo do livro, e são feitas por não considerar as diferentes leituras que os escritos podem adquirir dependendo dos leitores (CHARTIER, 2004).

Nos últimos anos as críticas e os estudos sobre ambos os reformadores tem sido resgatado⁴ em sua maioria com uma abordagem sociológica, factual ou teológica. Dentre eles, Quentin Skinner (1996) se diferenciou por trazer uma abordagem inovadora, destacando a importância política desses dois homens e das doutrinas por eles criadas. Em

⁴ WALLACE, Ronald. *Calvino, Genebra e a Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003; MCGRATH, Alister. *A vida de João Calvino*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004; IRWIN, C.H. *Juan Calvino: su vida y su obra*. Barcelona: Clie, 1991; COSTA, Herminstein M. P. *Calvino de A Z*. São Paulo: Vida, 2006; BOURDIEU, Pierre. *A economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009; DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989; LIENHARD, Marc. *Martim Lutero: tempo, vida e mensagem*. Rio Grande do Sul: Sinodal, 1998.

As Fundações do Pensamento Político Moderno, o cientista político inglês mostrou como o pensamento luterano e calvinista, tanto no que diz respeito aos dois idealizadores – Lutero e Calvino – como sobre os adeptos de suas crenças, foram sendo modificados e adaptados às mudanças do contexto em que eram formulados. Não à toa, como veremos adiante, já no fim de sua vida Lutero mudará totalmente sua opinião sobre a resistência ao Estado, e Calvino escreveu mais de dez edições das *Institutas*, algumas delas com grandes modificações.

Seguindo a abordagem de Skinner sobre a análise linguística contextual, acreditamos que para melhor compreendermos as intenções políticas dos atores históricos, devemos estar atentos ao influxo do contexto sobre seus escritos (POCOCK, 2003, p. 27-29). Esse influxo torna comum e compreensível a mudança de pensamentos desses homens, que não pode ser entendida como algo negativo (JÚNIOR, 2006, p. 11). Com isso, buscamos contribuir para uma análise que busque relacionar as novas abordagens históricas com assuntos que se relacionam com a religião, algo já destacado por Alfredo Ferreira de Souza (2007).

As fontes por nós escolhidas estão contidas no livro organizado por Harro Höpfl (1985), que contém o panfleto *Sobre a autoridade secular* de Lutero e o vigésimo capítulo das *Institutas* de Calvino, capítulo intitulado *Sobre o governo civil*. Nossa hipótese é que ambos os autores tiveram pensamentos distintos durante certo tempo, mas, com o influxo do contexto sobre suas vidas, seja por necessidade de existência – no caso de Lutero – ou da experiência política – no caso de Calvino – acabaram tendo ideias parecidas ao final de suas vidas, e a resistência institucional e passiva se colocaram como uma solução encontrada pelos reformadores para, ao mesmo tempo, controlar os anseios revolucionários dos camponeses⁵ e tornar possível a continuidade da Reforma Protestante.

A Reforma

O mundo no qual Lutero e Calvino viviam é considerado por Jean Delumeau (1989) quase “apocalíptico”. Segundo o historiador francês, a Reforma pode ser considerada uma resposta à angústia coletiva que existia na Europa moderna, marcada por eventos como a

⁵ Lutero, como já sabemos, teve grande preocupação com esse assunto. Durante a revolta camponesa dos anabatistas fez uma exortação radical e praticamente condenou os revoltosos à morte. Cf: (SOROMENHO-MARQUES, 1999); (VIEIRA, 2002); (ARAÚJO, 2006).

Guerra dos Cem Anos⁶, a Peste Negra⁷, a loucura de Carlos VI⁸, o Grande Cisma⁹, as guerras das duas Rosas¹⁰, a ameaça turca e diversos outros acontecimentos que tornaram o mundo cristão um lugar de incerteza e sofrimento. Para piorar, nos últimos anos do século XV começou a se difundir a crença de que, depois do Grande Cisma, ninguém havia ido para o céu. Diante de todos esses acontecimentos as pessoas se viam como culpadas pelo período, imaginando que seus pecados eram a causa de tais sofrimentos (DELUMEAU, 1989, p. 60). Nesse mundo decadente, a imagem de Jesus, de Maria e dos santos nunca foram tão utilizados. O caráter salvacionista e redentor dos dois primeiros e a característica dos santos de serem refúgio de salvação exerceram muita influência sobre as pessoas. Até mesmo Lutero implorou à Santa Ana por sua vida (DELUMEAU, 1989, p. 64-65).

Outro problema da época foi a falta de padres nas capelas. Delumeau afirma que era comum que, em um momento de desespero, as pessoas recorressem a Deus e a seus representantes na terra por ajuda. Entretanto, por conflitos políticos, religiosos ou até mesmo por motivos banais, as capelas ficavam, muitas vezes, sem padres. Com isso, a hierarquia eclesiástica começou a ruir, e a ascensão da burguesia, elemento mais livre e dinâmico do que o campesinato, acelerou esse processo. Deus cada vez mais era rebaixado ao nível dos homens, e os leigos cada vez mais se elevavam ao nível dos eclesiásticos. Nesse contexto, John Wycliffe¹¹ e Jan Huss¹² vão ser um dos primeiros a levantarem suas vozes contra a hierarquia da Igreja, afirmando que apenas Deus opera nas pessoas, e que sua doutrina só é descoberta através da bíblia (DELUMEAU, 1989, p. 67).

O confronto entre papas e reis também era interminável, pois não existia um acordo sobre qual a jurisdição de cada um. Para confundir ainda mais as jurisdições, filósofos como Dante¹³, Marsílio de Pádua¹⁴ e Guilherme de Occam¹⁵ se levantaram para exaltar o imperador em detrimento do papa (DELUMEAU, 1989, p. 73). O total descrédito da igreja acabou por empurrar os fiéis para uma saída mais segura, a bíblia. Esse movimento foi impulsionado pelo humanismo, que pretendeu ser o purificador da linguagem e incentivar a leitura da bíblia, acabando por colocar ainda mais dúvidas nas doutrinas católicas. Desta

⁶ Série de conflitos intermitentes entre franceses e ingleses que ocorreram durante os anos 1337 e 1453.

⁷ Pandemia que dizimou cerca de um terço da população europeia no século XIV.

⁸ Carlos VI foi o rei francês durante os anos 1380 e 1422. Em 1392 teve início suas crises de esquizofrenia paranoide.

⁹ O Grande Cisma ocorreu após a morte do Papa Gregório XI em 1378, quando grupos de cardeais divididos em facções rivais dividiram a Europa católica em duas. De um lado, o papa Clemente VII, de outro, Urbano VI.

¹⁰ Série de conflitos dinásticos pelo trono da Inglaterra ocorridas entre 1455 e 1485 pelas casas de York e Lancastre.

¹¹ Reformador inglês que viveu no século XIV que criticou duramente o papado.

¹² Reformador alemão que viveu entre 1369 e 1415. Seguidor de Wycliffe, foi excomungado e condenado pela Igreja Católica em 1410.

¹³ Escritor e político italiano que ficou mundialmente famoso por sua obra *A Divina Comédia*. Sobre política, escreveu o livro *De Monarchia* onde dissertou sobre a relação entre papas e reis.

¹⁴ Filósofo italiano que escreveu no século XIV e escreveu vários livros sobre política, dentre os quais *Sobre o Poder do Império e do Papa*.

¹⁵ Padre inglês que viveu entre 1285 e 1347. É conhecido pelo "princípio de Ockam", segundo o qual, todo o conhecimento racional tem base lógica.

forma, podemos considerar que o humanismo acabou por preparar o mundo para a Reforma de dois modos: contribuindo para o regresso à bíblia e chamando a atenção para a religião interior; e reduzindo a importância da hierarquia eclesiástica, do culto aos santos e das cerimônias (DELUMEAU, 1989, p. 78).

Mas as soluções humanistas foram insuficientes. Além da pequena quantidade de letrados durante a Idade Média - o que tornava insuficiente o retorno às escrituras - o moralismo pregado pelos humanistas não bastou às multidões. A grande massa popular, inseridos em uma vida de sofrimento, não só religiosa, mas cotidiana, sentiam-se incapazes de sair de seu pecado se não por ajuda exterior, uma ajuda divina. Essa ajuda veio com a Reforma e suas teorias de insuficiência das obras e da salvação pela graça (DELUMEAU, 1989, p. 82).

Com isso, foi sua capacidade de encontrar respostas para os problemas sociais que deu à Reforma a possibilidade de se expandir e resistir aos ataques da Igreja Católica e dos governantes católicos.

Segundo Höpfl (2005, p. 09), os primeiros líderes da Reforma sabiam que só conseguiriam levar a frente suas ideias se tivessem o apoio dos governantes seculares. Nesse sentido, surgiram duas correntes no movimento reformista: os radicais, conhecidos por tentar atuar independente da autoridade secular e os reformadores magistras, que pretendiam uma reforma limitada aos governos que apoiassem suas ideias, e, para conseguir o apoio dos governantes, tiveram que ceder espaço para a autoridade secular dentro do clero.

Lutero e Calvino se posicionam nessa segunda corrente, e alguns exemplos do poder cedido para a autoridade secular está o direito da nomeação do clero e dos professores, e o direito de supervisionar os aspectos da vida das igrejas locais por parte dos governantes. Através dessas ações, acreditavam que uma reforma levada dessa maneira, por mais que insuficiente e problemática, tornaria possível se aproximar e concorrer com o poderio católico.

Lutero: Vida e Obra

Lutero nasceu em Eisleben, uma cidade da Saxônia em 1483. Filho de um pequeno empresário de minas, foi enviado pelo pai à escola de Magdeburg, posteriormente à Eisenach e, por fim, à Universidade de Erfurt, onde se bacharelou e licenciou em filosofia.

Em 1505, quando ia começar seus estudos em direito, ao retornar para Erfurt, foi surpreendido por um violento temporal e fez um voto a Santa Ana de que, caso sobrevivesse, se tornaria monge. Vivo, ingressou nos Eremitas de Santo Agostinho (DELUMEAU, 1989, p. 85).

Já no monastério, Lutero encontrou dificuldades para assimilar a doutrina da salvação pelas obras. Enxergava Deus como um ser implacável e impiedoso, o qual nenhuma atitude bastaria para alcançar a misericórdia (FEBVRE, 1976, p. 30). Nesse momento de incertezas e tristezas, Lutero conheceu Staupitz, o vigário-geral dos agostinianos alemães. Staupitz incentivou Lutero a continuar seus estudos, no que foi prontamente atendido. A ascensão de Lutero na hierarquia teológica foi marcada por um desencantamento com a Igreja Católica, graças, principalmente, aos abusos do clero e aos frequentes atos imorais por eles praticado.

O estopim para a explosão do descontentamento de Lutero se deu em 1517. Visando arrecadar fundos para a reforma da abóbada da igreja de São Pedro, a Igreja iniciou a venda de uma grande quantidade de indulgências, o que despertou o descontentamento de Lutero. Primeiramente Lutero escreveu uma carta aos líderes eclesiásticos, mas não foi respondido, no que se seguiu ao envio das cartas para os leigos. Essas cartas foram o início do que hoje conhecemos como as noventa e cinco teses de Lutero. Suas ideias foram parar em Roma, a qual incumbiu o cardeal tomista Cajetano de estudá-las e rebatê-las (DELUMEAU, 1989, p. 90).

Por suas ideias que destoavam da ortodoxia católica da época, as obras de Lutero foram consideradas heréticas, e, a menos que o autor se apresentasse mediante Roma, seria excomungado em 1520. Como resposta Lutero organizou uma queima de livros queimando inclusive a própria bula papal que determinava sua excomunhão. Lutero só foi para Roma sob escolta de cavaleiros enviados pelo Imperador e sob a proteção de um salvo conduto. Em Roma, e em meio aos debates, não negou suas doutrinas, e por isso foi exilado do Sacro-Império Romano em 1521¹⁶. Entretanto, no caminho do exílio, foi levado por cavaleiros enviados por Frederico *o Sábio* para o castelo de Wartburgo. Ali viveu até o fim de sua vida, e dali defendeu suas ideias contra os católicos (DELUMEAU, 1989, p. 92).

¹⁶ A historiografia mais recente tem mostrado que a ruptura de Lutero com a Igreja católica não foi tão inovadora e quebrantadora como imaginado. Felipe Fernández-Armesto e Derek Wilson afirmam que a Igreja Católica da época da Reforma não era tão homogênea quanto se imagina, e que algumas ações atribuídas à Reforma, como a criação das igrejas nacionais ou a libertação da alma são características em comum, o que caracterizaria os movimentos como paralelos e não opostos (ARMESTO e WILSON, 1998).

Sobre a autoridade secular

A obra à qual vamos nos ater agora foi dedicada à Frederico, o *Sábio*, eleitor da Saxônia, o que não impediu Lutero de proferir duros ataques aos príncipes seculares. O panfleto pretendeu responder à Dieta de Worms instituída pelo Imperador Carlos V em 1521, na qual Lutero era considerado inimigo de Estado e tinha todas as suas obras censuradas dentro do Sacro-Império. A escolha desse panfleto foi feita pela escassez de bibliografia que trate de sua importância e das ideias nela inseridas. Lutero com sua linguagem direta expõe já na carta/prefácio sobre o que vai tratar, “como se pode fazer um uso cristão da autoridade secular e até que ponto os cristãos lhe devem obediência”. A segunda parte é particularmente importante para os limites desse trabalho.

Segundo Lutero as pessoas estavam se incomodando com *Matheus 5:25;39-40*, onde está escrito “não resistais ao homem mau [...] mas sede complacente com teu adversário, e àquele que quer tomar-vos a túnica, deixai-lhe também a veste” e também *Romanos 12:19* “A mim pertence a vingança; eu é que retribuirei, diz o Senhor”. Segundo Lutero (2005, p. 4), esses trechos causaram dificuldades ao clero católico que não conseguiu compatibilizar a autoridade divina e a terrena, pregando essas passagens como conselhos, e não mandamentos. Em sua linguagem ríspida e agressiva, afirma que, por “serem cegos e desprezíveis sofistas, eles não conseguem exaltar os príncipes sem rebaixar Cristo”.

Percebendo esse problema, Lutero se propõe a analisar a autoridade secular à luz da Bíblia, buscando definir os limites das autoridades seculares e divinas e conciliar a obediência às leis divinas ou terrenas. Resumidamente, sobre os limites de ambas autoridades, Lutero (2005, p. 12) afirma que existem dois reinos: o reino de Deus, onde estão inseridos os cristãos, e o reino do mundo, onde estão inseridos os não cristãos. Isso não significa, entretanto, que os cristãos estão fora da jurisdição secular, pois inexiste uma sociedade composta apenas por cristãos, o que torna necessária a obediência dos “justos” para com as autoridades seculares (LUTERO, 2005, p. 18).

Mas a pergunta principal de nosso trabalho é: os cristãos podem entrar em conflito com a autoridade secular? A resposta à essa pergunta no escrito de Lutero é bem clara: não. Segundo ele, as autoridades são instituídas por Deus, e por isso, qualquer resistência a elas também é uma resistência à Deus. A descendência divina da autoridade secular é demonstrada por Lutero através de uma passagem de *Romanos 13:1-2*

Todo homem se submeta ao poder e à superioridade. Pois não há poder que não venha de Deus, e o poder que existe por toda parte é estabelecido por Deus. De modo que aquele que resiste ao poder opõe-se à ordem estabelecida por Deus.

Mas quem quer que se oponha à ordem divina atrairá sobre si mesmo a condenação (LUTERO, 2005, p. 8).

Dessa maneira, é obrigatória a sujeição às autoridades seculares por parte dos cristãos. Além da passagem bíblica o reformador lembra que os cristãos vivem em um mundo cheio de iniquidade e por viverem para o próximo e não para si mesmos, devem fazer coisas que não são para o benefício próprio, como obedecer a autoridade dando exemplo aos iníquos (LUTERO, 2005, p. 22). Mas tal obediência tem um limite: as crenças. Segundo o reformador as autoridades seculares não podem se intrometer na jurisdição divina e, por isso, diante das ordens dos príncipes de restringir a escolha à crença e a religião, a opinião de Lutero é que devemos ter mais temor às coisas de Deus do que às dos homens, pois, como está escrito em *Matheus 10:28*, “Não temais os que matam o corpo e depois disso nada mais podem fazer. Temei antes aquele que, depois de destruir o corpo, tem o poder de condenar ao inferno” (LUTERO, 2005, p. 38).

Recomenda então que, caso o príncipe ou o papa deem alguma ordem relacionada à crença, deve-se responder que “não é adequado que Lúcifer esteja ao lado de Deus”, e tal ordem deve ser desobedecida. Entretanto, não se deve resistir ativamente, e sim passivamente, quer dizer, deve-se aceitar a punição. Dessa maneira, caso o príncipe se apoderar dos bens e puni-lo por sua desobediência, não se deve resistir, mas agradecer por poder sofrer por amor à Deus (LUTERO, 2005, p. 49).

A conclusão que podemos levar de Lutero é que a resistência dos cristãos para com a autoridade secular deve ser exercida apenas como resistência passiva. Essa resistência deve se dar apenas no momento em que a autoridade secular ultrapassar seus limites jurisdicionais e querer influenciar na vida religiosa das pessoas. De modo contrário, os cristãos, mesmo sendo injustiçados, devem acatar as ordens, pois a ascensão de autoridades injustas já era previsto, pois “Deus lhes deu mentes perversas e pretende acabar com eles, assim como acabará com os príncipes espirituais deles”, sendo os senhores seculares interessados apenas em “fazer é tosar e tosquiar, empilhar uma taxa sobre outra, deixar à solta um urso aqui, um lobo mais adiante” não havendo “entre eles boa-fé ou honestidade” (LUTERO, 2005, p. 45).

Com isso, a resistência passiva só era justificada quando se tratava de questões religiosas. Sobre os prejuízos terrenos, Lutero é bem claro ao afirmar que os cristãos nada devem fazer, pois devem ser capazes de suportar todo o mau e injustiça sem buscar vingança para si mesmos ou recorrer aos tribunais em defesa própria (LUTERO, 2005, p. 23).

Vida e Obra de Calvino

Calvino nasceu em 1509 em Noyon, ao norte de Paris, e era filho de um funcionário do Cabido da Sé da cidade. Após completar a educação em sua cidade natal, Calvino se direcionou para o colégio de La Marche em Paris. Foi educado por Noel Bédier, um ferrenho adversário das ideias luteranas. Segundo Delumeau (1989, p. 115), fora da escola teve contato com as ideias humanistas. Em 1529 trocou Paris por Orleans, e a teologia pelo direito. Em Orleans, Calvino aprendeu latim, grego e hebraico. Viveu na casa de um luterano e, ao retornar a Paris, em 1532 publicou sua primeira obra, um comentário do *De Clementia* de Sêneca (DELUMEAU, 1989, p. 116).

A conversão de Calvino à Reforma se deu por ocasião do pronunciamento feito por um amigo seu, Nicolas Cop, reitor da Universidade de Paris. Calvino o auxiliou na preparação do pronunciamento, que cheio de ditos luteranos, rendeu a fuga de Nicolas Cop e seus amigos de Paris. Após passar por Claix, Nerac e Noyon, Calvino acabou se dirigindo à Basileia. Dali ficou sabendo da perseguição aos anabatistas, e, tomando a defesa dos perseguidos, escreveu a primeira versão da Instituição cristã, publicada em 1536.

Posteriormente, após o levantamento do édito que perseguia os heréticos na França, tentou voltar para Paris, mas acabou permanecendo em Genebra por pedido de Guilherme Farel, governante que havia feito a reforma prevalecer na cidade. Ali teve sua primeira experiência política e religiosa prática, redigindo artigos sobre o governo da igreja local e a confissão de fé. Acontecimentos posteriores farão com que Farel e Calvino tenham que abandonar Genebra, de onde seguirá para Strasbourg, abrirá uma paróquia dos reformados e será encarregado do curso da Alta Escola da cidade, onde elaborou outra edição da Instituição Cristã em 1540.

Nesse mesmo ano, retornou para Genebra onde os partidários de Farel haviam retomado o poder (DELUMEAU, 1989, p. 117-118). Calvino publicou outras oito edições das *Institutas*, ficando satisfeito com o arranjo da última edição, a de 1559 (MENDES, 2009, p. 77). Segundo Harro Höpfl (2005, p. 27), por mais que seja claro que a conversão de Calvino tenha se dado por intermédio de Lutero, não há nenhuma prova inequívoca que ele tenha lido *Sobre a Autoridade Secular*. Mesmo assim, a confluência entre ambos, como veremos adiante, é inegável.

Sobre o governo civil

No vigésimo capítulo das *Institutas*, capítulo que trata sobre a autoridade secular, podemos abstrair um pouco melhor as ideias políticas do reformador francês. Assim como Lutero, Calvino (2005, p. 85) buscou elevar os cargos seculares à ordem divina. Segundo ele, a obtenção do poder por parte dos reis ou governantes não é fruto da iniquidade dos homens, mas sim uma vontade divina que a humanidade seja governada dessa maneira. Calvino (2005, p. 88-90), entretanto, condena os governantes que não se atêm aos mandamentos divinos de devoção cristã e amor, mas não concorda com aqueles que buscam deslegitimar o governo civil e afirma que é impossível desrespeitar os governantes enviados por Deus sem desrespeitar a Deus.

Na sua opinião, os cristãos devem obedecer às decisões dos magistrados como decisões divinas, e considerar suas posições com a mais alta consideração possível, pois foram investidos em tal cargo por Deus. Calvino (2005, p. 122) reforça que essa submissão não deve ser por medo, mas, em suas palavras, “porque, ao obedecer a seus superiores, estão obedecendo ao próprio Deus” e os homens daquela “categoria merece honras e reverência; aqueles em autoridade devem ser estimados e venerados por nós devido a seu elevado cargo”.

Por isso a submissão às autoridades seculares, continua Calvino (2005, p. 126), não deve ser apenas para com os bons príncipes, que exercem bem seus deveres, mas também para aqueles maus príncipes, pois eles foram elevados a tal posição para punir a iniquidade do povo, e

se formos atormentados por um governante cruel ou esbulhados por um governante ganancioso e esbanjador, se formos negligenciados por um governante indolente ou afligidos na [nossa] devoção por um governante ímpio e sacrílego, devemos primeiro trazer à mente nossos pecados, pois sem dúvida são eles que Deus está punindo com tais flagelos (CALVINO, 2005, p. 133).

Esses governantes, segundo o reformador, foram escolhidos por Deus, e a própria monarquia também foi escolhida para ser a forma mais numerosa de governo, por mais que fosse a “menos aprazível”. Dessa maneira, a discussão sobre a forma de governo não deveria circular entre os “homens privados” (CALVINO, 2005, p. 92). Essa é uma característica fundamental no pensamento de Calvino. Aqui ele separava pessoas privadas e públicas, e a reflexão e ação política só seria disponível às últimas (SILVESTRE, 2002, p. 6), cabendo às “pessoas privadas” apenas a obediência ou a desobediência passiva (MENDES, 2009, p. 82).

Ao final de sua obra Calvino (2005, p. 134) abre espaço para mudanças. Segundo ele, a providência de Deus, algumas vezes, eleva vingadores dentre seus servidores, designados e comandados por ele para punir a tirania desses maus magistrados. Entretanto, salienta que isso é uma exceção, e não uma regra. A regra, na visão de Calvino, estava na existência de um corpo de magistrados inferiores responsáveis por “vigiar” os magistrados superiores. Levando em conta sua concepção de que o homem teve sua natureza bondosa abalada pela corrupção causada na “queda” do homem no Éden (LOPES, 2003, p. 8), torna-se necessária a existência de meios para regular as atitudes destes. Dessa maneira, se existirem magistrados do povo estabelecidos que devem vigiar os magistrados superiores, é dever deles resistir à licenciosidade e furor dos superiores, pois uma negligência nesse assunto é uma traição a seu juramento (CALVINO, 2005, p. 136).

Em sua obra Calvino tentou conciliar ambos os excessos: rebeldia desmensurada dos governados e tirania extrema dos governantes. Sua obra reflete bem o dilema em que seu autor vivia naquele momento de definição dos limites dos poderes temporais e religiosos na comunidade europeia. Por conta disso suas ideias sofreram modificações e adaptações de 1539 até 1559. Sua última edição consegue encontrar um equilíbrio basilar entre a resistência e a submissão, equilíbrio esse garantido pela obediência dos homens “privados” e o dever dos homens “públicos”, ou seja, dos magistrados, em tolher os abusos dos superiores. Talvez a possibilidade dessa “limitação” dos poderes é que fez com que Calvino projetasse uma instituição religiosa “burocrática” e composta por diferentes níveis de hierarquia, o que torna possível, de certa maneira, que um vigie o outro.

Considerações finais

Uma simples conclusão a que podemos chegar é a da diferença dos pensamentos de ambos os autores. Enquanto Lutero era contra qualquer tipo de resistência ativa dando espaço apenas à resistência passiva, Calvino abre duas possibilidades: a aparição hipotética de um salvador e a ação dos magistrados. Dessa maneira, o pensamento de Calvino traz uma nova solução para o problema da obediência civil às autoridades, uma solução coerente com seu pensamento político, teológico e sociológico, já que a humanidade, em sua visão, é por natureza corrupta e a instituição das autoridades – até mesmo dos magistrados inferiores – era realizada por meio de Deus, e, dessa maneira, apenas os magistrados podem limitar o poder de outro magistrado.

Também destacamos a importância do contexto que esses homens viveram sobre suas ideias. O panfleto analisado de Lutero foi escrito em 1523, antes de dois fatos que marcaram seu pensamento político: a Revolta Camponesa de 1524 e da Dieta de Speyer de 1529. Se o primeiro evento só reforçou sua ideia de resistência passiva, a Dieta de Speyer merece ser analisada mais detalhadamente.

Criada em 1529 pela maioria católica dos eleitores do Sacro Império Romano, a Dieta de Speyer exigiu que o Edito de Worms fosse efetivamente obedecido, o que tornaria qualquer um que se considerasse protestante um herege. Dessa maneira, os líderes da Reforma Luterana se confrontaram com o problema de resistir ou não à autoridade secular superior, nesse caso, o imperador Carlos V. Ao fim de 1530 tanto Lutero quanto outros líderes reformistas, como Melanchthon, capitularam a favor da ideia de resistência ao Edito de Worms, legitimando, dessa maneira, a Liga Protestante. Por mais que a adesão de Lutero à essa ideia de resistência, segundo Skinner (1996, p. 441), não possa ser considerada espontânea, mesmo assim sua adesão foi utilizada como justificção para uma resistência dos príncipes ao Imperador durante o século XVI, aproximando-se muito da ideia de Calvino de resistência através dos magistrados "inferiores".

Destacamos para fins desse artigo que se no início tiveram ideias diferentes, o tempo e a experiência fez com que suas ideias se adequassem. Como já dito, não existem provas de que Calvino leu o panfleto de Lutero, mas isso não seria de todo surreal. Mesmo assim, as diferenças entre ambos os escritos são demonstradoras de como o contexto pode influenciar as ideias.

Estudos mais específicos abordam de maneira mais complexa essas questões, como o clássico livro *As fundações do pensamento político moderno* de Quentin Skinner (1996). Entretanto, tentamos trazer nossa leitura de obras tão importantes para a compreensão da história das ideias políticas, de maneira a tentar suscitar o debate político entre Lutero e Calvino nesse momento em que a política brasileira está cada vez mais ocupada por políticos que se autodenominam evangélicos e, com isso, herdeiros diretos da Reforma Protestante, mesmo quase quinhentos anos depois.

SECULAR AND RELIGIOUS AUTHORITY: THE POLITICAL WRITINGS OF LUTHER AND CALVIN (CENTURIES XV-XVI)

Abstract: This article aims to analyze the political writings of Calvin and the pamphlet *Sobre a autoridade secular* of Luther. Taking into account the context in which the Protestant Reformation took place and the need to balance the secular authority and religious, we analyze the outcome of this equation found by such men, institutional resistance. Additionally, we seek also to understand how different thinking intellectuals reached the end of their lives with similar conclusions on the question of resistance to the state.

Keywords: Luther. Calvin. Political.

Referências

- ARAÚJO, C. R. D. M. O Pensamento Econômico e Social de Martinho Lutero. Âncora, Paraná, 1, maio 2006.
- ARMESTO, F. F.; WILSON, D. Reforma: o cristianismo e o mundo 1500-2000. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CALVINO, J. Sobre o governo civil. In: HÖPFL, H. Sobre a autoridade secular. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHARTIER, R. Leituras e Leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: UNESP, 2004.
- CUNHA, J. A. D. A Ética Econômica Calvinista segundo Calvino. Anais do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: [s.n.]. 2009.
- DELUMEAU, J. Nascimento e Afirmação da Reforma. São Paulo: Pioneira, 1989.
- FEBVRE, L. Martinho Lutero. Lisboa: Bertrand, 1976.
- FERREIRA, F. Uma Introdução a Max Weber e à obra "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo". Fides Reformata, São Paulo, V,2, 2000.
- HÖPFL, Harro. The Christian polity of John Calvin. Cambridge: C. U. Press, 1985.
- _____. Sobre a Autoridade Secular. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- JÚNIOR, J. F. História dos Conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, J. História dos Conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2006.
- LOPES, A. N. Calvino e a Responsabilidade Social da Igreja. São Paulo: PES Publicações, 2003.
- LUTERO, M. Obras selecionadas. Rio Grande do Sul: Sinodal e Concórdia, v. 4, 1987.
- _____. Sobre a autoridade secular. In: HÖPFL, H. Sobre a Autoridade Secular. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MENDES, E. D. C. A Teologia Política de João Calvino (1509-1564) na Institutas da Religião Cristã (1536). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- POCOCK, J. G. Linguagens do Ideário Político. São Paulo: EDUSP, 2003.

SILVESTRE, A. A. Calvino e o Direito de Resistir ao Estado. *Fides Reformata*, São Paulo, 7, n.2, 2002.

SKINNER, Q. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOROMENHO-MARQUES, V. "A Reforma luterana no horizonte da filosofia política", *Martinho Lutero. Diálogo e Modernidade*, Lisboa, 1999.

SOUZA, A. F. D. Por Uma História Social da Igreja. *Fides Reformata*, São Paulo, XII, 1, p.127-140, 2007.

VIEIRA, P. H. A filosofia política de Martinho Lutero. *Estudos Teológicos*, Rio Grande do Sul, 42, n.1, p.58-80, 2002.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOLIN, S.S. *Politics and vision*. Londres: George Allen e Unwin, 1961.

SOBRE O AUTOR

Arthur Ferreira Reis é mestrando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Recebido em 04/05/2016

Aceito em 17/05/2016